



Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Centro de Artes, Humanidades e Letras

Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

QUEICE VICTÓRIA DE ALMEIDA SÍRIO

**ANÁLISE DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ
EM GOVERNADOR MANGABEIRA- BA.**

Cachoeira

2023

QUEICE VICTÓRIA DE ALMEIDA SÍRIO

**ANÁLISE DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ
EM GOVERNADOR MANGABEIRA- BA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Lucas Cerqueira.

Cachoeira

2023

QUEICE VICTÓRIA DE ALMEIDA SÍRIO

ANÁLISE DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ EM GOVERNADOR MANGABEIRA - BA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Aprovado em 02 de junho de 2023.

Documento assinado digitalmente
 LUCAS SANTOS CERQUEIRA
Data: 11/08/2023 15:57:39-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Lucas Santos Cerqueira
Professor Orientador
Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano pela
Universidade Salvador
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Documento assinado digitalmente
 LYS MARIA VINHAES DANTAS
Data: 11/08/2023 16:03:39-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Lys Maria Vinhaes Dantas
Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Documento assinado digitalmente
 DORALIZA AUXILIADORA ABRANCHES MONTEIRO
Data: 11/08/2023 17:25:45-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Doraliza Auxiliadora Abranches Monteiro
Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

AGRADECIMENTOS

“... Direi do Senhor: Ele é o meu Deus, o meu refúgio, a minha fortaleza, e nele confiarei...” (Salmos 91:2)

À Deus, pelo dom da vida... À Cosme, meu Pai (*in memoriam*) como grande sonhador, durante sua passagem na terra semeou em mim razões para sonhar, acreditar e correr atrás dos meus objetivos... A Rosana, minha Mãe, exemplo de mãe, mulher, símbolo de força e resiliência... Que diariamente me incentiva a lutar por dias melhores, acompanha em todos os momentos, é meu combustível diário, fonte de inspiração e espelho de ser humano! Aos meus queridos irmãos: Lorena e Rodolfo, por toda paciência, carinho, tolerância e compreensão... É também por e graças a vocês que cheguei aqui. À Thiago, meu amigo, cúmplice, namorado e dono do meu coração, agradeço pelo incentivo e apoio. A minha afilhada Elaine, Camila e Ana Kelly, amigas de longa data e sempre presentes! Aos amigos que o CAHL me deu: Ana Paula, Lucas Cabral, João Victor, Raniel Rodrigues, Felipe Vila e a minha eterna panelinha composta por Luana Cavalcante (minha dupla), Gêssica Almeida e Felipe Fraga: levarei eternamente comigo! Ao meu orientador, Prof. Dr. Lucas Cerqueira, sempre compreensivo, incentivador a quem sou muito grata! Aos meus colegas de trabalho da SEMPE: agradeço aos que apoiaram e incentivaram. Agradeço também a grande amiga que a vida me apresentou: Edna Araújo, outra grande incentivadora e conselheira. Gratidão à equipe do Programa Criança Feliz.

Agradeço também, ao saudoso Guimarães (*in memoriam*) atencioso, alegre e prestativo, animou inúmeras noites no percurso cansativo para a UFRB, bem como os colegas do transporte que compartilharam comigo as suas inúmeras vivências e experiências.

Hoje, olho para o que passou e enxergo as inúmeras dificuldades, que não foram fáceis e nem poucas, mas sem dúvidas o ciclo se tornou menos complicado somente por encontrar as pessoas enviadas por Deus ao longo do trajeto. Meu coração é feito de amor, brota e transborda gratidão! Agradeço imensamente, a todos aqueles que caminharam ao meu lado e rogo para que Deus continue abençoando cada um! Painho e Mainha... Se cheguei até aqui, foi graças a Deus que me presentou com os melhores pais que alguém poderia ter, por isso, dedico esta conquista inteiramente a vocês! Obrigada por tanto! Com todo amor e carinho de sua GESTORA PÚBLICA! Formei bebês e até logo UFRB!

SIRIO, Queice Victória de Almeida. Análise de Implementação do Programa Criança Feliz em Governador Mangabeira- BA. 51 páginas. 2023. Trabalho de Conclusão do Curso de Tecnologia em Gestão Pública– Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2023.

RESUMO

O Programa Criança Feliz, criado por meio do Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016 e alterado pelo Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, possui articulação intersetorial em vistas a necessidade em atender a Primeira Infância (fase que compreende da gestação aos 6 anos de idade), tendo como principal ferramenta as visitas domiciliares. Deste modo, o programa faz parte de uma importante estratégia em conjunto com o Marco legal da Primeira Infância em prol da garantia de direitos e fomentação dos subsídios fundamentais para o desenvolvimento infantil nos primeiros anos. Busca-se através deste trabalho analisar a implementação do referido programa Governador Mangabeira-BA, município de pequeno porte, situado no interior da Bahia, na região do Recôncavo, tendo como metodologia uso da abordagem de pesquisa descritiva, qualitativa e estudo de caso, e para a obtenção de informações, foram realizadas pesquisas bibliográficas e de campo, com dados primários coletados a partir de entrevistas estruturadas. O trabalho busca responder de que forma a intervenção está sendo realizada, dado o contexto em que ocorre, se os atores agem como esperado, se os beneficiários estão sendo atingidos e respondendo à intervenção, se houve ou é necessário adaptações ou alterações na estratégia de implementação para que se produzamos resultados esperados, além de, disseminar as informações para a população sobre programa e trazer mais visibilidade e assim, contribuir para que se alcancem parâmetros positivos em sua execução e estimule outros municípios e/ou cidades a realizarem adesão ao programa.

Palavras-chave: Criança Feliz; análise; programas sociais; Governador Mangabeira-BA.

LISTA DE QUADROS:

Quadro 01 – Dimensões que Impactam na Implementação de Políticas Públicas.....	17
Quadro 02 - Referente a Sigla de Cada Entrevistado.....	26

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Mapa Estratégico do Programa Criança Feliz	20
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Informações sobre Repasse Federal.....	30
Tabela 02- Informações Fornecidas Sobre o PCF no Município.....	31

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1. POLÍTICAS PÚBLICAS.....	13
2.2. IMPLEMENTAÇÃO.....	15
2.3. PROGRAMA CRIANÇA FELIZ.....	18
2.4. ESTUDOS ANTERIORES DO PCF.....	23
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	25
4. RESULTADOS.....	28
4.1. O PCF EM GOVERNADOR MANGABEIRA-BA.....	28
4.2. RESULTADOS DO PCF NO MUNICÍPIO.....	30
4.3. PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO.....	32
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS.....	40
APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA.....	49

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, artigo 277, determina como “... *dever da família, sociedade e Estado garantir a criança, adolescente e ao jovem, com prioridade, direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, dignidade...*” e, estabelece que as crianças sejam detentoras de direitos, assegurando a educação infantil como dever do Estado e essa oferta está assegurada não apenas para as famílias que necessitem deixar as crianças no período que a mãe trabalha, por exemplo, mas atribui o atendimento dessas crianças como importante e necessário processo no desenvolvimento das mesmas (BRASIL, 1988).

Em 2016, através da Lei 13.257, de 8 de março de 2016, foram estabelecidos os princípios e diretrizes para a elaboração e a implementação de políticas públicas para a Primeira Infância em consonância com os princípios e diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente, com prioridade absoluta em assegurar os direitos da criança, do adolescente e do jovem, visando a garantir seu desenvolvimento integral, de forma a atender, incluir, respeitar, reduzir as desigualdades, articular, adotar a participação, articular, descentralizar as ações, promover a formação da cultura de proteção e promoção da criança (BRASIL, 2016).

Apesar da atuação de programas e ações governamentais, existia ainda necessidade e urgência em assegurar com eficiência os direitos das crianças em seus primeiros dias de vida, foi quando surgiu o Programa Criança Feliz, através do Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016, em prol da garantia de direitos e como importante ferramenta no desenvolvimento infantil nos primeiros anos de vida e apresenta como alicerces fundamentais as visitas domiciliares e a ação intersetorial, de modo que as visitas objetivam a promoção e o fortalecimento das competências familiares e, especialmente, atender as crianças em vulnerabilidade.

Até o ano de 2021, segundo dados do Portal do Ministério da Cidadania o programa já alcançou mais de 754 mil pessoas e ainda no mesmo ano atingiu a marca de 57 milhões de visitas, tendo como público alvo às crianças e gestantes pertencentes as famílias mais pobres do país. O objetivo do programa possui foco na promoção do desenvolvimento humano por meio do amparo e acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância, apoio a gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados

perinatais, colaborar no exercício da parentalidade, fortalecendo os vínculos e o papel das famílias para o desempenho da função de cuidado, proteção e educação de crianças na faixa etária de até seis anos de idade, além de mediar o acesso da gestante, das crianças na primeira infância e das suas famílias às políticas e serviços públicos de que necessitem, integrar, ampliar e fortalecer ações de políticas públicas voltadas para o público (BRASIL, 2021).

É na primeira infância que acontecem as primeiras transformações e os estudos realizados na área da neurociência apontam que nesta fase o cérebro mais se desenvolve e as pequenas ações como dar atenção, fortalecer vínculos, conversar e brincar se tornam cruciais no desenvolvimento das crianças. Cientistas afirmam que o nível de aprendizagem de uma criança chega a ser triplicado quando há intervenção de programas na assistência à primeira infância, o que caracteriza este período da gestação ao sexto ano de idade como importantíssimo na formação das competências humanas (BRASIL, 2022).

No Brasil, os programas sociais ao longo dos anos representaram importantes instrumentos no tocante ao combate às desigualdades e através da realização de avaliações são perceptíveis melhorias significativas na qualidade de vida das pessoas. Para além das melhorias, as avaliações atuam como mecanismos de mensuração e como parte do ciclo de políticas públicas são peça chave, possibilitando conhecer os resultados da execução do programa que assegure a real aplicação, justificativa do uso dos recursos adequadamente (beneficiando aos mais necessitados), atuando também na reformulação e possíveis adequações visando melhor desempenho e assegurando continuidade do mesmo (SILVA e SILVA, 2001).

Segundo dados do Governo Federal (2022), o Programa Criança Feliz é considerado o maior programa de visitação domiciliar do mundo, estando presente em quase 3.000 municípios e apresenta 70% de adesão às áreas mais recomendadas, havendo destaque para a região Nordeste com aproximadamente 1.629 municípios. Na Bahia, são 353 cidades participantes, e entre elas está Governador Mangabeira-BA, município de pequeno porte, com aproximadamente 20.800 habitantes e no ano de 2021, em meio ao enfrentamento da pandemia em decorrência ao vírus da Covid-19, o mesmo recebeu destaque pela execução do programa, sendo este um relevante indicador no que diz respeito a atuação de programas sociais no combate às desigualdades sociais.

Conhecendo de perto a realidade municipal diante de 61 anos de emancipação política e com base na execução e o destaque recebido, o presente trabalho tem por objetivo analisar a implementação do Programa Criança Feliz, buscando responder como a intervenção está sendo realizada dado o contexto em que ocorre: se os atores agem como esperado, se os beneficiários estão sendo atingidos e respondendo a intervenção, se houve ou é necessário adaptações ou alterações em sua estratégia para que se produzamos resultados esperados, além de, disseminar as informações para a população sobre programa e trazer mais visibilidade e assim, contribuir para que se alcancem parâmetros positivos em sua execução e estimule outros municípios e/ou cidades a realizarem adesão ao programa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

As informações contidas nesse tópico abordam as políticas públicas que são o principal instrumento na composição do referencial teórico do presente trabalho.

Política Pública é considerada um recurso fundamental à sociedade que permite a transmissão e troca de informações, através de recursos, por possuir componentes variáveis e determinados objetivos que correlacionam-se de acordo com a realidade social de determinada região, mantendo a essência do objetivo inicial para assegurar um resultado positivo de caráter transformador, que justifique determinadas intervenções e investimentos e ainda, com o resultado positivo permita a ampliação dessas ações (RECLK e BITENCOURT, 2016).

As políticas públicas podem ser definidas como métodos que englobam uma ampla variedade de potencialidades que possuem capacidades específicas e voltadas à garantia e oferta de direitos aos cidadãos, sendo que esta deverá ser fundamentada de modo que atenda as normativas em consonância com a participação popular (GRASS, 2018).

Já Lima e D'Ascenzi (2018) definem políticas públicas como instrumento para realizar mudanças na sociedade, de modo que elas surgem através da contraposição de determinadas circunstâncias que tenham levado o sujeito ao lugar de vulnerabilidade.

Política pública na visão de Pires, Lotta e Oliveira (2018) é um importante mecanismo que permite à população favorecimento em estruturarem-se coletivamente, além promover a participação no processo decisório, visto que atuam como importantes interlocutores nas etapas de elaboração, preparação e execução de determinadas ações.

Política pública, é também definida como política de Estado e é a maior entre as ações governamentais. Em torno dela, visualiza-se não apenas relações entre Estado e sociedade, mas também a participação de instituições e organizações sociais e embora o Estado não seja o único a elaborar políticas públicas, no Brasil, ele assume o protagonismo da criação,

impulsionado por sua capacidade em desenvolver ações, por possuir poder diante dos entes Legislativo, Executivo e Judiciário e por controlar grande parte dos recursos (SECCI, 2013 apud GARCIA, 2020).

A criação de políticas públicas simboliza um marco na promoção dos direitos fundamentais sociais. Moraes e Leal (2019) discorrem sobre a criação e a execução dessas políticas que, por lei são de responsabilidade dos poderes Legislativo e Executivo, mas que por outro lado, impactam diretamente no orçamento público e se tornam uma problemática havendo necessidade de exigir o cumprimento através de atuação do Poder Judiciário, desde quando tais direitos fundamentais estão assegurados pela Constituição Federal de 1988.

Para que se obtenha uma política pública eficaz e eficiente e atenda às necessidades da população, é indispensável a existência do ciclo das políticas públicas, que consiste na busca pelo diálogo entre intenções e ações, entre governo e aspectos de ambiente social, político e econômico e compreende cinco fases: agenda (responsável pelo planejamento, que consiste em perceber os problemas existentes que merecem maior atenção), formulação da política (compreende a apresentação de soluções ou alternativas), processo de tomada de decisão (definição dos rumos da avaliação), implementação da política (planejamento e a escolha são transformados em atos) e, avaliação (produto final) (CARDOSO, 2008).

O estudo do ciclo das políticas para Mainardes (2006) carrega numerosos atributos no processo de análise de políticas, sendo importante mencionar que para ocorrer a elaboração das políticas é necessário definir o que é, ou quais as prioridades para o poder público. Ainda segundo o autor, se dividem em três fases e se relacionam diretamente: influência, produção e prática, sendo que:

1. Influência: relaciona-se à construção dos discursos políticos, mudanças práticas e evidentes, por meio de disputas para levantamento e delimitação dos objetivos, com apoio dos mecanismos de mídias sociais e coligações partidárias que por sua vez, legitimam e formam discurso para dar embasamento política;
2. Produção: está exposta às interpretações e adaptações significativas à realidade inicial, que impacta diretamente nas mudanças, de acordo com as exigências pré-definidas;

3. Prática: é resultado dos mecanismos estruturados e programados na política, para atuar na transformação de determinada realidade apresentada anteriormente.

Para Souza (2010), o ciclo da política pública possui carácter determinante e é composto por quatro fases que compreendem: definição de agenda (foco no problema), identificação de alternativas (construção de ideias para combater o problema), avaliação das opções (foco nos atores), seleção das opções, implementação e avaliação.

Secchi (2013) afirma que o ciclo de políticas públicas é descrito através de um arranjo, que obedece a sequência de identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção. Diferentemente dos demais autores, Secchi insere ao seu ciclo a extinção da política, destacando e justificando as três causas fundamentais:

- 1- Problema resolvido;
- 2- Problemas ou leis foram avaliados como ineficazes; e
- 3- O problema perdeu progressivamente a importância.

A seguir, serão apresentadas algumas definições acerca da implementação de políticas públicas, fase crucial do ciclo das políticas públicas.

2.2. IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Pertencente ao ciclo de políticas públicas, a implementação compreende a fase político-administrativo do planejamento, estruturação e levantamento de recursos necessários para a execução e é considerada uma das dimensões mais importantes na mensuração do grau de satisfação na conquista dos objetivos desejados em uma política pública. É necessário mencionar que as primeiras pesquisas em implementação se deram através de estudos de caso exploratórios e indutivos, objetivando alcançar teorias e, esses estudos trouxeram contribuições louváveis à estruturação legal do processo de implementação. (CLEMENTE e BRITES, 2019).

A etapa da implementação é descrita como o período de efetividade da política, com ênfase em tornar reais as propostas e as metas a serem alcançadas. É também tida como uma fase de grande dificuldade no campo das políticas públicas, de modo que é recorrente encontrar constatações por parte de quem analisa e avalia a longitude entre os objetivos determinados e os resultados finais das políticas (FARIA, 2012 apud FRONZA e NOGUEIRA, 2015).

Para Saraiva e Ferrarezi (2006) a implementação é composta pela junção entre o planejamento e a organização dos meios administrativos e recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos fundamentais na execução das políticas. Consoante aos autores *apud* Hill (1993, p. 34), implementação diz respeito aos mecanismos “... específicos à tradução, na prática, das políticas que emergem do complexo processo decisório...”

Souza (2002), afirma que a implementação está relacionada ao modo como a política pública está sendo executada, com vistas à conversão em ações e aponta ainda, que representa uma etapa que pouco recebe destaque, embora seja importante, por possuir capacidade em diagnosticar supostos problemas que poderão posteriormente impactar negativamente em sua execução. Vale ressaltar que essa detecção precoce permite a correção adequada e em tempo hábil das políticas públicas (SOUZA, 2002).

A implementação, baseia-se no ato de transfigurar as ideias em resultados, e ainda, pode relacionar atores de diversos níveis governamentais e organizações em prol da conquista de ações governamentais, havendo influências de acordo com a abordagem adotada. No tocante às organizações que formulam o aparato estrutural do Governo Federal, podem ser inclusos órgãos federados, organizações privadas e terceiro setor. A justificativa em inserir estes entes faz parte de uma inovação que busca aprimorar capacidades de cada mencionado na busca pelo alcance de alternativas que atuem na resolução problemas públicos e promovam benefícios à população (BARBOSA, 2016).

Weigelt *et al* (2004, p. 1) descrevem implementação como parte constituinte de uma “... fonte de informação para a formulação e reformulação das políticas através do aprendizado coletivo...” e afirmam que a análise desta fase não consiste somente na investigação dos objetivos ou metas predeterminadas, mas no ato de conhecer os recursos necessários, tidos como “adaptativos e decisórios”. A implementação de políticas ainda é

compreendida como uma das extensões mais importantes para a explicação falhas ou insucesso no alcance de metas.

Tida como uma fase importante, autônoma, que busca transformar as propostas em resultados, a seguir, serão apresentados os 06 (seis) aspectos fundamentais que englobam no processo de implementação das políticas públicas com suas respectivas dimensões e definições, segundo a ótica de Andrade (2021) *apud* Andrade e Ribeiro (2022).

QUADRO 01 – Dimensões que impactam na implementação de políticas públicas.

DIMENSÕES	DEFINIÇÃO
Desenho institucional da política	Documento/instrumento do planejamento da política, elaborado na etapa da formulação da política. Esse instrumento serve para nortear a execução da política.
Recursos físicos, financeiros e humanos	Recursos físicos (instalações, equipamentos, materiais, tecnologias), financeiros (disponibilidade de dinheiro) e humanos (equipe de gestão e operacionalização) necessários para a efetiva execução da política.
Burocratas implementadores	Servidores públicos nos níveis políticos (burocratas de alto escalão), gerenciais (burocratas de médio escalão) e operacionais (burocratas de nível de rua), que tomam decisões que impactam no curso da política.
Participação Social	Grupos de interesse, público-alvo, sociedade civil organizada, grupo empresarial, mídia e a atuação isolada do cidadão, que atuam na execução da política para moldar a sua execução aos seus interesse e/ou necessidades.
Relacionamento Intergovernamental da política.	Relações hierárquicas ou consultivas entre diversos órgãos no mesmo nível de governo (relação vertical) ou demais entes federados (relação horizontal). Essas relações visam orientar e subsidiar os órgãos implementadores na execução e monitoramento da política.
Contexto local	Fatores contextuais, como: tamanho da cidade; autonomia administrativa e política dos entes subnacionais; influência dos grupos de interesse; trocas de gestores eletivos por conta de término do mandato; substituição de cargos comissionados; corrupção e cultura local. Esses fatores impactam no curso da implementação da política e, conseqüentemente, nos seus resultados.

FONTE: Andrade (2021) *apud* Andrade e Ribeiro (2022).

Conforme exposto no quadro 01, foram apresentadas as dimensões e as definições que influem na fase de implementação e com base nas considerações deste capítulo e nas próximas seções, serão elementos-chave no desenvolvimento da referida pesquisa para que se obtenham resultados para a finalização do mesmo.

2.3. PROGRAMA CRIANÇA FELIZ (PCF)

As informações contidas nesse tópico são oriundas de pesquisas relacionadas ao Programa Criança Feliz como parte do referencial do presente trabalho.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) reconhece os primeiros 1.000 dias de vida do ser humano como período singular e decisivo no desenvolvimento das mais diversas capacidades e aptidões do indivíduo (UNICEF, 2021). Estudos na área da neurociência demonstraram a importância da existência de um ambiente familiar agradável e propício ao desenvolvimento humano especificamente nos primeiros anos de vida, incluindo, até mesmo, na concepção, com resultados satisfatórios na formação de conexões neurais, responsáveis pela capacidade cognitiva de uma criança (UNICEF, 2021).

Compreendida entre 0 ao 6º ano de vida, a Primeira Infância é considerada uma das fases mais importantes da vida do ser humano, e a partir de meados do século XX ganhou relevante destaque em pesquisas nos mais diversos seguimentos e com comprovação no âmbito científico, como o período de maior alcance para o desenvolvimento humano, cerebral e cognitivo (CIDADANIA, 2022).

Historicamente, a infância não possuía protagonismo, o que difere das demais fases da vida do ser humano, mas com o passar dos anos, após inúmeros desafios, está conquistando espaço. É importante mencionar que inicialmente o foco das atenções estava destinado aos nascidos do sexo masculino, tidos desde os primórdios como símbolo indispensável de orgulho, força e garantia para a descendência das gerações, diferentemente

das nascidas do sexo feminino, que por sua vez estavam destinadas ao lar e reprodução preferivelmente (SILVEIRA, 2014).

No Brasil e no mundo, as primeiras ações voltadas à atenção, proteção e atendimento às crianças no país se deram a partir de manifestações populares, alimentadas pela necessidade de existir um sistema de apoio principalmente para essas crianças e pela percepção de que as instituições apresentavam características propícias ao atendimento em ambientes não domiciliares, meados dos anos de 1940 (BRASIL, 2021).

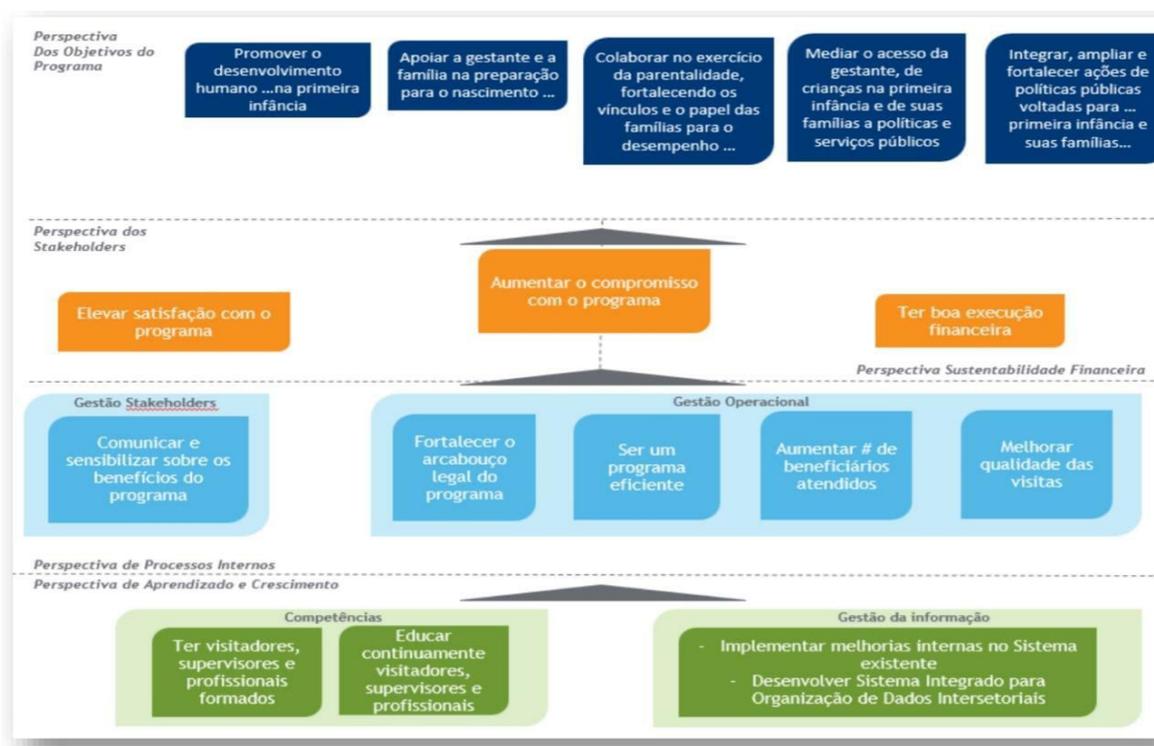
As primeiras iniciativas aconteceram com o surgimento do Departamento Nacional da Criança (Ministério da Saúde) e, posteriormente, a criação do Serviço de Assistência a Menores, para crianças e jovens de até 18 anos abandonados ou menores infratores. Sendo importante ressaltar, que neste período o público alvo se baseava apenas em crianças e jovens com algum tipo de problema no âmbito da saúde e da justiça e até aquele período o Estado assumia parcialmente as responsabilidades com as despesas, conservação e disponibilidade de vagas (BRASIL, 2021).

O PCF, dentre muitas contribuições, sugere um novo olhar sobre diretrizes da infância, família e o papel do Estado como ente responsável por assegurar atenção básica nos primeiros anos de vida da criança, reafirmação o direito da Educação Infantil, estabelecido por meio da Lei de Diretrizes de Bases da Educação Infantil (LDBEN- BRASIL, 1996) que compreende esta fase como a primeira etapa da Educação Básica. A LDBEN demarcou também o atendimento em creches para as crianças de 0 a 3 anos, pré-escola de 4- 6 anos, e esta, tem por objetivo desenvolver integralmente crianças até 6 anos de idade, seja nos aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, de modo a colaborar na atuação da família e da comunidade (GUIZZO; CARVALHO; 2018).

Diante desta realidade, o Programa Criança Feliz, foi criado por meio do Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016 e alterado pelo Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, com articulação em diversos setores em vistas a necessidade de atender a Primeira Infância (fase que compreende da gestação aos 6 anos de idade). O Programa faz parte de uma estratégia junto ao Marco legal da Primeira Infância na garantia de direitos e como importante ferramenta no desenvolvimento nos primeiros anos:

- a) Prevê articulação nos mais diversos setores para promover direitos e atenção às crianças, graças à articulação entre Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, Direitos Humanos, dos Adolescentes, entre outros (BRASIL, 2021).
- b) Possui como públicos-alvo gestantes e crianças de 0 a 3 anos beneficiárias do Programa Bolsa Família e até os 06 anos crianças com algum tipo de deficiência e que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC).
- c) É caracterizado por possuir adesão voluntária e apresenta repasses de recursos para a supervisão, capacitação, contratação e remuneração dos visitantes de inteira responsabilidade do Governo Federal.

FIGURA 01- Mapa Estratégico do Programa Criança Feliz:



Fonte: INSPER, 2019

Através deste mapa apresentado na figura acima, são visualizadas as Perspectivas dos Objetivos do Programa, Perspectiva dos Stakeholders, Perspectiva Sustentabilidade Financeira, Gestão Stakeholders, Gestão Operacional, Perspectiva de Processos Internos,

Perspectiva de Aprendizado e Crescimento, Competências e Gestão da Informação e, deste modo torna possível a compreensão do programa (INSPER, 2019).

A Portaria de nº 2.496, de 17 de setembro de 2018, dispõe sobre o financiamento federal das ações do Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social e através dos artigos 7º e 8º foram estabelecidos que os recursos do financiamento federal das ações do programa aos Municípios e Distrito Federal serão repassados diretamente do Fundo Nacional de Assistência Social aos fundos de assistência social dos Municípios e Distrito Federal e as respectivas etapas deste financiamento federal vão obedecer o valor estabelecido de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais) por mês, por beneficiário do programa, de acordo com a meta pactuada (D.O.U., 2018).

Dentre os objetivos, estão:

- Promover o desenvolvimento humano a partir do apoio e do acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância;
- Apoio a gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais;
- Colaboração no exercício da parentalidade, fortalecendo os vínculos e o papel das famílias para o desempenho da função de cuidado, proteção e educação de crianças na faixa etária de até seis anos de idade;
- Mediar o acesso da gestante, de crianças na primeira infância e de suas famílias a políticas e serviços públicos de que necessitem;
- Integrar, ampliar e fortalecer ações de políticas públicas voltadas para as gestantes, crianças na primeira infância e suas famílias (BRASIL, 2017, p. 10-11).

O Programa Criança Feliz é executado através de um conjunto de ações da assistência social, saúde, educação, cultura, direitos humanos, incorporadas de acordo às aptidões dos entes federados e articulação intersetorial, com a finalidade de garantir confluência e interdependência que definem as responsabilidades e orientam na tomada de decisão, por meio do modelo de governança, fruto da elaboração dos Comitês Gestores nos Âmbitos: Intersetorial, Estadual e Municipal, e que compreendem a Equipe Técnica Interministerial, Estadual e Municipal, Plano de Ação, Coordenadores, Supervisores e Visitadores. (BRASIL, 2017).

As diretrizes que regem o Programa Criança Feliz consistem na prevenção de situações de negligência, violência e acidentes e as visitas, por sua vez, contribuem

positivamente na promoção de um lar acolhedor e adequado, pois o visitador transfere para a família os cuidados fundamentais para a promoção do desenvolvimento da criança, que poderá crescer e desenvolver-se aproveitando as fases e desfrutando de seus direitos, em segurança. (BRASIL, 2021).

A Legislação que regimenta o programa consiste:

- Decreto nº 8.869 de 2016, publicado no Diário Oficial da União, do dia 5 de outubro de 2016, o Decreto nº 8.869 que instituiu o Programa, Marco Legal da Primeira Infância: A Lei nº 13.257 foi publicada no Diário Oficial da União em 8 de março de 2016 e dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069/1941 (Código Processual Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943, a Lei nº 11.770/2008, e a Lei nº 12.662/2012;
- Estatuto da Criança e do Adolescente: A Lei nº 8.069, publicada no dia 13 de julho de 1990, dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências;
- Plano Nacional pela Primeira Infância: Rede Nacional Primeira Infância entregou ao Governo Federal e à sociedade brasileira, em dezembro de 2010, uma sugestão de Plano Nacional pela Primeira Infância, que propõe ações amplas e articuladas de promoção e realização dos direitos da criança de até seis anos de idade nos próximos 12 anos;
- Convenção Internacional dos Direitos da Criança: O Decreto nº 99.710, publicado no dia 21 de novembro de 1990, promulga a Convenção sobre Direitos da Criança (*Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, 2017*).

Existe ainda periodicidade das visitas, através da Portaria nº 2.496, no art. 17º, onde as gestantes e suas famílias, beneficiárias do programa, recebem no mínimo uma visita domiciliar por mês; crianças de 0 a 36 meses e suas famílias, recebem quatro visitas por mês; e as crianças de 37 a 72 meses e suas famílias, inseridas no Benefício de Prestação Continuada (BPC), recebem duas visitas (BRASIL, 2016).

Além de promover o desenvolvimento através do suporte e acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância e facilitar o acesso da gestante, o programa possui como meta reforçar a implementação do Marco Legal da Primeira Infância e deste modo, o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, com o fortalecimento das competências familiares, para que reflitam no desenvolvimento das

crianças, em prol da extinção da pobreza, redução da violência, evasão escolar e proporcionar benefícios de carácter social (BRASIL, 2017).

2.4. ESTUDOS ANTERIORES DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ (PCF)

Com base na linha de estudo do presente trabalho e almejando alcançar dados, considerações, conclusões e comparações, a seguir serão apresentados alguns autores que trataram da Análise de Implementação do Programa Criança Feliz.

Lima (2022) analisou as contribuições do Programa Criança Feliz em 2021 no município de Beberibe-CE e através dos beneficiários e técnicos do programa, foi realizada uma investigação a fim de descobrir as dificuldades enfrentadas no processo de implementação, opinião dos usuários sobre a execução e levantamento de informações dos seus beneficiários e também com a realização de revisão bibliográfica e aplicação de questionários participantes. Por meio da pesquisa, chegou-se à conclusão que o Programa apresenta grande importância e é uma relevante ferramenta no que diz respeito aos desenvolvimentos cognitivo e físico infantil, além de trabalhar minuciosamente o fortalecimento família e ainda é citada a necessidade da realização de algumas adequações que visem uma implementação mais abrangente e que permita ao programa maior alcance e sucesso em seus objetivos.

Já Mesquita (2022) abordou as políticas públicas da primeira infância com ênfase no Programa Criança Feliz, por meio da realização de entrevistas para compreender a perspectiva dos agentes envolvidos no programa. Foi realizado um estudo qualitativo através de entrevistas semiestruturadas com agentes (supervisoras e assistentes sociais) dos municípios de Dom Pedrito e Tenente Portela do Rio Grande do Sul e os principais resultados demonstraram que os materiais necessários para a execução do programa são ofertados, mas insuficientes, com ênfase nos recursos físicos e materiais. No tocante a administração, destacou-se a eficácia na realização dos atendimentos. Quanto à política de acesso das famílias ao programa, foi considerada boa e enfatizou-se a necessidade em ampliar a oferta de vagas e técnicos para dar melhor suporte. Com relação às visitas, destaca-se a qualidade no atendimento, o

comprometimento e a interação entre técnicas e beneficiários, o que faz com que o programa seja mais bem executado, além de torná-lo mais eficaz (MESQUITA, 2022).

Borges (2022) realizou uma avaliação de estudo de caso do Programa Criança Feliz que teve metodologia qualitativa com foco na produção de evidências sobre principais potencialidades e fragilidades. Destacou também os resultados alcançados, relação com o território de cobertura, rotina da equipe técnica, interação com o público-alvo e as sugestões que darão suporte ao aprimoramento do programa. A realização desta pesquisa revelou as alternâncias entre equipes do programa, incertezas sobre a continuidade do mesmo, situações com a existência de instalação improvisada em CRAS, conflitos diante de outras políticas sociais e ausência de recursos em sua infraestrutura. Apontou ainda urgência em aperfeiçoar o programa de modo a permitir melhor desempenho e atenção aos objetivos.

Santos e Victora (2022) realizaram avaliação do Programa Criança Feliz, através de um estudo randomizado, em 30 municípios. Em seus resultados, apresentou baixa cobertura, deficiências na gestão e baixa qualidade das visitas em muitos municípios, o estudo ainda não apontou o impacto que o programa surtiu na vida dos beneficiários, além de fornecer elementos para seu aprimoramento. Seguindo outra perspectiva, o programa é descrito pelos autores como um elemento de sucesso, pelo fato de colocar a primeira infância como prioridade e propor a busca pelo desenvolvimento principalmente neuropsicomotor. Além disso, são apontados os impactos do programa em outras áreas, como por exemplo a identificação e notificação de violência doméstica e outras múltiplas vulnerabilidades, e deste modo, o programa atua em fortalecer a intersetorialidade e a conexão das famílias com os serviços públicos. Os resultados apontam também que são inúmeras as medidas a serem tomadas para alcancem o fortalecimento e a implementação do programa, de modo que garanta e assegure ainda mais investimentos na primeira infância.

Tendo como base os estudos dos autores citados acima, conforme suas respectivas considerações, o presente trabalho segue descrevendo o Programa Criança Feliz pontuando a realidade vivenciada em Governador Mangabeira-BA, discorrendo sobre as suas dificuldades e fragilidades, relevância, aparatos técnico, físico e material e principais efeitos na vida dos seus beneficiários.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia aplicada no presente trabalho baseou-se em uma abordagem de pesquisa descritiva, qualitativa e estudo de um caso. E para a obtenção de informações, foram realizadas pesquisas bibliográficas e de campo, com dados primários coletados a partir de entrevistas estruturadas, realizadas através de encaminhamentos de ofícios.

A pesquisa descritiva, tratada neste trabalho, de acordo com Nunes *et all.*, (2016), compreende um estudo de observação em que há comparação entre dois grupos similares, visando detectar, registrar e analisar as principais características, fatores ou variáveis que tenham conexão com o processo. É necessário mencionar que o grande aporte desse tipo de pesquisa é propiciar o conhecimento de novas versões sobre o assunto analisado. Os autores ainda pontuam que durante a pesquisa descritiva são os processos acontecem sem que o pesquisador interfira na pesquisa e respectivamente, no resultado.

O estudo de caso é definido como um tipo de pesquisa com amplitude sobre um tema e o seu objeto consiste em uma unidade que é analisada seriamente, e baseia-se no ato de examinar detalhadamente independente do grau de importância (GODOY, 1995). Um estudo de caso é também definido como a análise aprofundada de determinada entidade, programa, instituição, sistema educativo, pessoa, ou unidade social (FONSECA, 2002, apud SILVEIRA e CÓRDOVA, 2012). No presente trabalho, é uma importante perspectiva de análise de implementação do Programa Criança Feliz, de modo a permitir maior detalhamento dos dados e fatos a serem analisados no caso.

A pesquisa qualitativa, segundo Dias (2001) pode ser definida primordialmente pela análise de elementos aprofundados e pertinentes, sem o uso de medidas numéricas e/ou análises estatísticas. Os pesquisadores, segundo Silveira e Córdova (2012, p. 32), que fazem uso dos métodos qualitativos, objetivam explicitar as causas de cada situação, instruindo com base nos passos a serem seguidos, e frisam ainda, que o cientista- pesquisador, é “...ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas...”.

A realização de uma pesquisa documental, por sua vez “...recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais,

revistas, relatórios, documentos oficiais...” (FONSECA, 2002, apud SILVEIRA e CÓRDOVA, 2012, p. 37).

Como estratégia, optou-se pela realização de entrevistas estruturadas com os principais atores envolvidos na implementação do programa e para esse estudo, na fase inicial foi elaborado de um roteiro e as entrevistas ocorreram através de encaminhamentos de ofícios aos envolvidos no Programa Criança Feliz em Governador Mangabeira-BA: Secretário Municipal de Assistência Social (gabinete), Técnica (Secretaria de Assistência), Supervisora do Programa e Visitadoras (Imóvel onde o Programa Criança Feliz está instalado), havendo o primeiro contato a fim de informações preliminares em abril de 2021 e a pesquisa em iniciada em meados outubro de 2022, sendo finalizada em abril de 2023.

Os respectivos entrevistados realizaram a devolução em uma média de 5-8 dias, havendo casos de devolução em menor e até maior espaço de tempo (os fatores que contribuíram para tal se deram pelo aumento de demandas, feriados, festividades e afastamento em decorrência de problemas de saúde).

QUADRO 02 - Referente a sigla de cada entrevistado:

Secretário Municipal de Assistência Social (gabinete)	Entrevistado 01
Coordenadora da Vigilância Socioassistencial	Entrevistado 02
Supervisora do Programa Criança Feliz	Entrevistado 03
Visitadora 01 do Programa Criança Feliz	Entrevistado 04
Visitadora 02 do Programa Criança Feliz	Entrevistado 05
Visitadora 03 do Programa Criança Feliz	Entrevistado 06

FONTE: Elaboração Própria

O pontapé inicial foi o contato com os atores responsáveis pela execução do programa no município e período que compreendeu a fase de coleta de informações foi marcado negativamente pela burocracia enfrentada quanto ao acesso dos dados, que poderiam facilmente estar expostos e de fácil acesso a população, tendo em vista que é previsto através da Lei nº 12.527, “...sancionada em 18 de novembro de 2011, regulamenta o direito

constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e é aplicável aos três poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios” (BRASIL, 2011).

O Entrevistado 01, dentre as muitas atribuições que lhe são confiadas, possui a tarefa de selecionar as pessoas, montar a equipe e liderar os servidores que compõem a Secretaria Municipal de Assistência Social. O Entrevistado 02 possui a atribuição de coordenar, analisar o desempenho do programa e orientar a equipe. O Entrevistado 03, a este foi atribuída a função de supervisionar as visitas, elaborar relatórios e alimentar o sistema com os dados e informações obtidos. Por último e não menos importante, estão os Entrevistados 04, 05 e 06, que por sua vez, executam um importante tarefa: visitar as famílias e para além destas visitas, acompanhar o desenvolvimento da criança e através deste contato contínuo promover a realização atividades que fomentem o bem-estar e a desenvolvimento das mesmas de maneira saudável e segura.

Após a coleta de dados, eles seguiram para análise, através da abordagem qualitativa onde foram observados, os aspectos para compreender como o programa vem sendo executado desde a sua implementação, os principais percalços enfrentados e buscando justificar o processo de tomada de decisões ao longo de todo o processo. É importante mencionar que para tal obtenção da análise foi necessária seguir cordialmente as dimensões que compreendem a fase de implementação e tudo que está relacionado em suas definições.

4. RESULTADOS

4.1. O PCF EM GOVERNADOR MANGABEIRA-BA

As informações contidas nesse tópico foram elaboradas a partir dos resultados das estratégias de coleta de dados, por meio de visitas, conversas, encaminhamentos de ofícios, trocas de e-mails e entrevistas realizadas nos setores designados a atender o programa na esfera municipal com seus principais agentes, foram obtidas as informações descritas no presente trabalho.

Governador Mangabeira, é um município de pequeno porte e possui população estimada de aproximadamente 20.800 habitantes (IBGE, 2021) e em 2018 realizou pactuação com o Programa Criança Feliz (PCF) através do termo de aceite junto ao Ministério da Cidadania, aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e em seguida montou Comitê Gestor para acompanhar a realização das ações e posteriormente foi montada a equipe. O PCF de 2019 (início das visitas) até fevereiro de 2023, já realizou 15.148 visitas aos seus beneficiários

Foram disponibilizadas para os munícipes, após a adesão ao programa, apenas 100 vagas, que foram 100% preenchidas em conformidade com os critérios de realidade social dos beneficiários entretanto é caracterizada como insuficiente, diante da realidade municipal com mais de 5.984 famílias inscritas e beneficiárias oriundas do CADÚNICO, público esse que não representa nem 50% de alcance e no que diz respeito à cobertura das regiões no âmbito municipal, além de ser extremamente baixo, por apresentar localidades que não possuem beneficiários inseridos no programa.

Possui estrutura dentro do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) com 02 (dois) computadores, 01 (uma) impressora, material didático e carro para a realização das visitas e a equipe é composta por uma Supervisora com nível superior e pós graduação, uma Visitadora com nível superior, e duas com nível superior em curso, além de motorista e o Comitê Gestor Intersetorial. O cadastro dos beneficiários é realizado através do Sistema EPC-F, através da lista com o público prioritário disponibilizado pelo sistema REDESUAS, migrada pelo CADÚNICO, que prioriza o perfil das crianças de 0 a 3 anos e gestantes em

vulnerabilidade, sendo este programa administrado e alimentado exclusivamente pela supervisora do PCF.

Por meio de visitas domiciliares semanais, a equipe do PCF realiza estrategicamente uma aproximação dos serviços públicos para as famílias inseridas no programa e a realização dessas visitas permitem um reconhecimento mais preciso das necessidades de cada família, o que possibilita intervenções específicas para cada realidade, no intuito de fortalecer as competências da família para a prevenção e proteção das crianças na primeira infância para a promoção do desenvolvimento infantil integral. Existem metas e objetivos que estão previstos na pactuação do referido programa e auxiliam na execução do programa, através de formações contínuas.

Apesar dos recursos físicos e humanos mencionados anteriormente, é fundamental citar a dificuldade enfrentada pela equipe, no que diz respeito ao espaço destinado ao funcionamento do programa, afinal o programa conta com 04 profissionais alocados em uma sala razoavelmente ampla, mas de acordo com a necessidade e devido ao grande fluxo de demandas, a mesma se torna incapaz de atender com a devida qualidade e conforto, tanto os técnicos, quanto seu público alvo, sem esquecer-se dos computadores, que são insuficientes, considerando a quantidade de técnicos envolvidos no programa.

As visitadoras são encarregadas de atender aos mais de 30 beneficiários (cada), encontram-se frequentemente sobrecarregadas com as atividades exclusivas do programa e também são encubidas de atender demandas da Secretaria, quando solicitadas. É importante também citar que o impasse com relação ao veículo que foi destinado às visitas do programa, pois o mesmo atende à outras demandas da Secretaria.

Outro aspecto muito citado e causador transtornos, diz respeito à parte orçamentária do programa, que não atende 100% dos custos do programa, conforme exposto no Plano Orçamentário do Programa onde é apresentado o recurso destinado aos Municípios de Pequeno Porte 1- o caso de Governador Mangabeira-BA, havendo assim custos a serem cobertos pelo município, pontuado principalmente pelo Entrevistado 01, como escasso e até mesmo na fase anterior à implementação gerou inúmeros impasses para sua adesão, pois o município acaba arcando com maior parte das despesas que não conseguem ser sanadas através do recurso que é destinado por meio de repasse federal.

A seguir, através da Tabela 03, são apresentadas as informações acerca do repasse Federal do Programa Criança Feliz em Governador Mangabeira-BA:

Tabela 01: Informações sobre Repasse Federal.

ANO	VALOR TRANSFERIDO
2017	R\$ 25.000,00
2019	R\$ 63.678,00
2020	R\$ 80.616,00
2021	R\$ 70.494,00
2022	R\$ 75.147,00
2023 (até abril)	R\$ 22.122,00

Fonte: Portal da Transparência do PCF.

4.2. RESULTADOS DO PCF NO MUNICÍPIO

Com a meta proposta pelo Programa Criança Feliz em cadastrar 100 beneficiários (entre crianças e gestantes), por se tratar de um município de porte I, segundo dados do IGBE, caracterizado por apresentar menos de 25mil habitantes, o PCF em Governador Mangabeira, conquistou êxito na meta inicial de cadastrar beneficiários ao programa, com 94 crianças e 6 gestantes, totalizando 100 beneficiários, oriundos do Sistema CADÚNICO. O programa, segundo levantamento realizado, está presente em apenas 05 das 29 regiões que compreendem o Município, o que representa aproximadamente 17,25% da população, o que é consideravelmente baixo ao levar em consideração os dados do CADÚNICO do município, obtidos até setembro de 2022, onde haviam 5.984 famílias inseridas ao programa. Esta situação se assemelha à realidade abordada no estudo de Santos e Victora (2022), onde segundo os autores, em decorrência da cobertura insuficiente, o programa ainda não promoveu alcance para impactar a vida dos beneficiários.

As visitas, que por sua vez, atuam como importante ferramenta, acontecem com duração média de 15 a 25 minutos, sendo que as crianças recebem 04 (quatro) visitas mensalmente e as gestantes 02 (duas) e possuem como objetivo principal o fortalecimento infantil, dos vínculos familiares, atenção e orientação às famílias. Com 03 (três) visitadoras, cada uma é responsável por uma média de 33 famílias e realizam aproximadamente 7 (sete) visitas diariamente (que podem variar para mais ou menos, a depender do fluxo de atividades, ações e feriados) e com meta mensal de 300 a 384 visitas, que duram em média 15 a 20 minutos.

As ações realizadas através das visitas são adaptadas conforme às realidades de cada família e de maneira estruturada através de reuniões semanais e embora possua uma equipe pequena, com grandes demandas frequentes, a mesma demonstra empenho gradativo para atender às obrigações e deste modo desempenhar da melhor forma o programa.

TABELA 02- Informações fornecidas sobre o PCF no município:

PERÍODO	2019	2020	2021	2022	Janeiro a fevereiro de 2023.
Nº VISITAS REALIZADAS	2.977	3.736	3.424	4.261	750
				Total:	15.148

FONTE: PCF Governador Mangabeira.

Através dos dados da tabela 02, pode-se observar o crescimento no número das visitas do Programa Criança Feliz considerando o período entre 2019 e 2022. Em contrapartida, é perceptível a queda do número das visitas entre 2020 e 2021 e segundo relatos dos Entrevistados 03, 04, 05 e 06 ocorreram em virtude do período enfrentado pela Pandemia de Covid-19, que interferiu no modo de viver de inúmeras pessoas, impediu a realização de muitas atividades por todo o mundo, inclusive a realização das visitas aos beneficiários e provocou a equipe de modo a se reinventar para dar continuidade às atividades.

A seguir, foram apresentados os dados de 2022, por sinal, muito positivos quando comparados aos anos anteriores. Ao analisar os dados do ano de 2019, é explícito um grande salto e segundo os entrevistados, é fruto do empenho e trabalho em equipe.

Embora a execução do programa tenha sido afetada pela pandemia de Covid-19, como foi explícito na tabela 02, pelo declínio na quantidade de visitas no período que compreende 2020 a 2021, o Entrevistado 02 cita o destaque que o município recebeu ao ser avaliado positivamente, apresentando desempenho exitoso dentre os outros municípios participantes do programa e destacando-se quanto à sua implementação, através de uma avaliação do SELO UNICEF em 2021.

4.3. PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO

Através da realização de entrevistas por meio de pesquisas de campo com os responsáveis pela execução do Programa Criança Feliz em Governador Mangabeira-BA, obtiveram-se as seguintes informações:

O processo de Implementação ocorreu

“...através da Secretaria de Assistência Social, por meio de adesão ao Programa oriundo do Ministério da Cidadania, seguido da formação do Comitê Gestor para acompanhar a realização das ações e na sequência formação de equipe com uma supervisora e três visitadoras...” (ENTREVISTADOS 01, 02 e 03).

E *“...foi instituído seguindo todas as etapas de implementação e orientações para que se obtivesse êxito e deste modo ocorre até os dias atuais* (ENTREVISTADOS 01, 02 e 03). O município aderiu ao programa obedecendo e em conformidade a Lei n ° 13.257, de 8 de março de 2016, alterado pelo Decreto n° 9.579, de 22 de novembro de 2018, seguindo rigorosamente as fases para a sua implementação.

A supervisora e visitadoras, por sua vez, *“...receberam a devida capacitação para realizar a execução do programa, através da busca pelo público prioritário e sua inclusão no sistema, através dos beneficiários oriundos do CADÚNICO...”* (ENTREVISTADOS 01, 02 e 03).

Quanto às expectativas, citadas pelos entrevistados,

“...elas superaram as estimativas: O Município foi citado pelo Selo UNICEF por seu destaque nacional e foi escolhido pelo Governo Federal para participar da pesquisa por ser referência na execução do Programa.” (ENTREVISTADOS 01 e 02).

No tocante às contribuições aos beneficiários:

*“A implantação do PCF favoreceu o fortalecimento das políticas voltadas para este público, bem como articulou **toda a Rede para que as famílias assistidas por este Programa tenham acesso ao que venham necessitar, para que a criança possa ter uma infância segura, saudável e com dignidade.**” (ENTREVISTADO 03).*

*“O PCF surgiu de modo a contribuir positivamente para o desenvolvimento das crianças, **buscando fortalecer o vínculo entre a mãe e a criança, desde o período gestacional.**” (ENTREVISTADO 04).*

“Durante a permanência de gestantes e crianças no programa, levamos atividades específicas que incentivem a frequência das gestantes no pré-natal, a boa alimentação e fortalecimento de vínculo, mesmo antes da criança nascer.” (ENTREVISTADO 05).

*“... Portanto a importância do Programa Criança Feliz é **contribuir para fortalecer o vínculo entre Mãe e filho, bem como desenvolver atividades para estimular a percepção das cores, dos objetos, da coordenação motora da criança, contribuindo positivamente para o desenvolvimento da criança.**” (ENTREVISTADO 06).*

Conforme contribuições de Lima (2022) é evidenciada a importância do PCF na vida dos beneficiários e a necessidade em realizar adequações em prol de uma implementação mais eficaz e cada vez mais positiva.

As maiores dificuldades mencionadas, se dão primordialmente na *“...**incapacidade de recursos próprios do programa para manter sua execução, tendo como principal ponto principal o auxílio financeiro do Município no tocante aos gastos*** (ENTREVISTADO 01).

“...Destaca-se também a evasão por parte de algumas famílias, que abandonam o programa e/ou deixam de atualizar suas informações junto ao CADÚNICO...” (ENTREVISTADOS 03 e 04).

Mesquita (2022), cita como exemplo uma realidade vivenciada por um determinado município onde há insuficiência de recursos e técnicos e salienta a necessidade da ampliação do programa para alcançar mais beneficiários, conforme também observado no caso de Mangabeira.

Em relação ao público alvo, *“...existe uma meta de acordo com a potencialidade do Município: Governador Mangabeira, se tratando de uma região de pequeno porte 1, pactua até 100 famílias e obteve êxito nesta meta...”* (ENTREVISTADOS 02 e 03).

O município prevê ainda a *“...ampliação da meta de pactuação para que consiga abranger demandas como por exemplo, da zona rural...”* (ENTREVISTADOS 01 e 02) tendo em vista que está presente em apenas 5 das 29 regiões. Santos e Victora (2022) discorrem em seu trabalho sobre o grave problema evidenciado pela baixa cobertura do programa e a falta de impacto na vida dos beneficiários, além da urgência no fornecimento de recursos que garantam a execução adequadamente.

Os principais fatores que interferiram negativamente na implementação do PCF conforme citado *“...foi a Pandemia por Covid-19, mas com a devida atenção a equipe responsável traçou estratégias como a elaboração de um novo Plano de Ação para que fosse possível dar continuidade às ações do programa...”* (ENTREVISTADOS 02, 03, 04, 05 e 06).

Um fator importante no processo de implementação do referido programa foi a:

“...Decisão e a vontade pública do gestor da implementação, de modo que se manteve fixo e confiante diante das ideias e opiniões contrárias a execução, principalmente no tocante ao cofinanciamento federal considerado como ínfimo, mediante às despesas que seriam adquiridas pelo município...” (ENTREVISTADO 01).

Quanto a eficácia das ações e melhoria na qualidade de vida dos beneficiários,

“...é possível observar que a qualidade de vida dos beneficiários evoluiu consideravelmente, de modo que ao serem inseridos nas ações, atividades e acompanhamento no contexto familiar e social, são direcionadas, assistidas e beneficiadas no contexto das políticas públicas.” (ENTREVISTADO 04) que também “...justifica cada centavo investido nestas famílias...” (ENTREVISTADO 01).

Com base nos principais pontos positivos, foi citado

“...o papel que a equipe possui na execução do programa, sendo esta, completa e ativa, que desempenha suas atividades em um imóvel equipado para acomodar suas necessidades, com um automóvel e motorista próprios para atender às demandas do programa.” (ENTREVISTADOS 01, 02 e 03).

Borges (2022), cita as principais dificuldades enfrentadas na execução do PCF tais como as incertezas sobre a sua continuidade em decorrência aos inúmeros conflitos, de caráter financeiro e principalmente materiais e os entrevistados, ao serem questionados sobre o retorno dos investimentos, se estes justificam os gastos: *“Sim!” (ENTREVISTADOS 03, 04, 05 e 06). “Apesar de o município precisar complementar os recursos transferidos pelo Ministério da Cidadania, atual Ministério do Desenvolvimento Social, com valor superior 04 vezes maior.” (ENTREVISTADO 01).*

Importante mencionar que *“...O PFC, para se manter devidamente dentro de suas capacidades, passa por ajustes com frequência, o que assegura a sua execução e bom desempenho, tendo em vistas as exigências para a ampliação da meta pactuada.” (ENTREVISTADOS 01 e 03).*

Com base nos efeitos esperados: *“...Sempre que possível temos o apoio de toda rede: Saúde, Educação, Assistência Social e esperamos manter essa forte parceria.” ENTREVISTADO 05). “...Temos todo apoio que precisamos para a realização de nossas atividades!” (ENTREVISTADO 06). “...A qualidade de vida evolui, considerando que evoluiu o desenvolvimento e acompanhamento da criança no contexto familiar, social e dentro das políticas públicas.” (ENTREVISTADO 01).*

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com mais de 20.000 (vinte mil) habitantes e se tratando de um município caracterizado como de pequeno porte 1, Governador Mangabeira-BA, situado na região do Recôncavo Baiano, é um dos quase 3.000 (três mil) municípios que fazem parte do Programa Criança Feliz, oriundo do Governo Federal, que diariamente beneficia inúmeras famílias em vulnerabilidade, presentes nas mais diversas regiões do país. Se tratando de um Programa Social, como os inúmeros existentes no país, enfrenta inúmeras dificuldades, de carácter material, físico, técnico, estrutural e principalmente financeiro, tendo em vista que os recursos são insuficientes para cobrir as despesas do programa, o que compromete e põe em risco diariamente a sua execução e existência.

Ao investigar a implementação do programa em Governador Mangabeira-BA, foram observados os respectivos pontos positivos: a equipe, apresenta-se muito disposta a atender as demandas e cumprimento das metas do programa e também, apesar das limitações do município no que diz respeito aos recursos financeiros, demonstrou resultados tidos como positivos na vida dos seus beneficiários, que podem ser facilmente observados quando comparados à resultados de outros domicílios, conforme exposto em uma avaliação da UNICEF em 2021. Outro ponto extremamente instigante, e de extrema relevância, se baseia na preocupação demonstrada pelo Entrevistado 01, que não economizou esforços desde o primeiro momento para implementar o referido programa e diariamente não poupa esforços para mantê-lo em plena execução. E também, no que diz respeito à permanência no programa, é válido ressaltar o quanto as técnicas do programa atuam como verdadeiras articuladoras, onde traçam estratégias como a de “Busca ativa” para manter os usuários ativos, bem como assegurar o preenchimento contínuo das 100 vagas.

Em contrapartida, destaco os seguintes problemas enfrentados:

- Quanto ao espaço: por se tratar de um imóvel compartilhado com outro setor da Secretaria, é disponibilizado apenas uma sala, que não atende adequadamente as demandas e é extremamente insuficiente, tanto para tender às demandas, quanto para promover um local adequado de trabalho para comportar a supervisora, bem como as visitadoras. Este aspecto implica diretamente na qualidade e nas condições de trabalho;

- Quanto à equipe: as técnicas desempenham com satisfação seu papel, mas atendem além das suas competências, sendo que 02 (duas) são responsáveis por 33 (trinta e três) beneficiários e outra fica sob responsabilidade de 34 (trinta e quatro) beneficiários, além de atenderem a demandas extras que surgem na própria secretaria;

- Quanto aos recursos: a equipe conta com um carro e motorista, que não atendem somente às demandas do programa, mas a secretaria como um todo; os equipamentos do programa, como computadores e impressora, são insuficientes para atender as 04 (técnicas) que executam o programa; os recursos financeiros que são destinados à manutenção do programa são insuficientes e o município assumiu o compromisso de sanar com as despesas que não são cobertas pelo repasse federal;

- Quanto à cobertura: o programa está presente em apenas 05 das 29 regiões que compreendem o Município, o que representa aproximadamente 17,25% da população e ao considerar a realidade apresentada através de dados do CADÚNICO no município e sua cobertura é muito baixa;

- Quanto à divulgação do programa: entre os munícipes, popularidade do referido programa é relativamente baixa e em muitos casos fica exposto apenas para aqueles oriundos do CADÚNICO ou que são direcionados para o mesmo;

- Quanto ao acesso das informações: embora a maioria das informações, deveriam estar expostas através de canais de informação do próprio município, em conformidade com a Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, o acesso a elas não foi fácil, havendo necessidade de encaminhamentos de ofícios em todas as ocasiões e pontuo também a não devolução de determinadas respostas no que diz respeito principalmente ao quantitativo repassado para o município através do Governo Federal e o custo do Programa na esfera Municipal (despesa do programa que é coberta pelo município).

Governador Mangabeira-BA, através de seus executores encontra-se bem próxima de sanar grande parte de seus principais problemas dentro de suas possibilidades. Para tal feito, como munícipe e gestora pública, enxergo e conheço de perto o potencial que o município possui, bem como os esforços de cada ator envolvido no Programa Criança Feliz. O Programa atua como ferramenta primordial na vida de crianças e gestantes, por todo o país, possui ações

louváveis de atenção, cuidado e atua diretamente no desenvolvimento das mesmas e suas relações de convívio familiar e social.

Dentre os papéis atribuídos ao Gestor Público, estão primordialmente zelar pelo bem público e tudo que está compreendido- desde o bem estar dos seus munícipes, aos investimentos que gerem gastos financeiros. O Programa Criança Feliz é sem sombra de dúvidas um dos (senão o mais) importante dentre os que atendem a Primeira Infância no Brasil, isso por que possui foco nas principais ações que afetam diretamente o modo de vida da parcela mais vulnerável da população e essas ações somadas aos esforços das equipes possuem uma gigantesca capacidade de transformação na sociedade. Exerce também relevante influência e contribui no fortalecimento de outros programas, tanto de caráter social, quanto em áreas como da saúde e educação, por exemplo, quando promove ações que incentivam às famílias no acompanhamento contínuo e facilitar o acesso aos serviços essenciais. Acompanhar de perto a execução do PCF em Governador Mangabeira permitiu conhecer o quão transformador e necessário é o programa na vida dos seus beneficiários e garantir a sua continuidade com excelência é extremamente importante e urgente, diante das grandes dificuldades ainda enfrentadas pelos mais vulneráveis. Enquanto gestora, enxergo a execução do programa como grande prioridade para governo municipal e diante das potencialidades existentes aqui, o primeiro passo é reconhecer cada problema existente no PCF, desde a sua origem para traçar estratégias, buscar articulações, além de eleger as prioridades e reorganizarem-se, para deste modo alcançar o êxito de sua implementação, tendo foco prioritariamente no bem estar, saúde e desenvolvimento dos beneficiários com a devida responsabilidade, cautela e cuidado com investimento do bem público que é direcionado à execução ações.

Investir em ações e programas sociais para a população em vulnerabilidade, vai além de injetar apenas recursos principalmente financeiros, é garantir aos menos assistidos que tenham a devida atenção e permita a esses acessar os direitos fundamentais e essenciais, que são assegurados por lei a todos os cidadãos. É ainda, promover mecanismos para que todos e todas, sem distinção de raça, cor, etnia e classe social possa viver com dignidade e respeito dentro da sociedade, pois não adianta existir determinada política se os mais necessitados não conseguirem acessá-la.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Jefferson Reis Guimarães; RIBEIRO, Elizabeth Matos. **Dimensões da Implementação Local de Políticas Públicas: Constructos fundamentados na Teoria da Administração Política**. IX Encontro de Administração Pública da ANPAD VI - EnAPG 2022. On-line - 30/MayMay 2177-2517. Disponível em: <<http://anpad.com.br/uploads/articles/119/approved/b90ba83119860d7f6a6dfaab9f2aa150.pdf>>.

BARBOSA, Sheila Cristina T. **Capacidade de Gestão: coordenação interorganizacional na implementação de programas públicos federais no Brasil**. Boletim de Análise Político-Institucional | n. 9 | Jan.-Jun. 2016.

BORGES, Júlio César. **Programa Criança Feliz: Estudo de Caso sobre sua Institucionalização**. Revista Brasileira de Avaliação, 11(3 spe), e111222. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.4322/rbaval202211012>>. ANDRADE, Jefferson Reis Guimarães;

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, Distrito Federal: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em julho de 2021. BRASIL. **Ministério da Cidadania. Criança Feliz. Governo Federal**. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/crianca-feliz>>. Acesso em agosto de 2021.

BRASIL. Casa Civil Da Presidência Da República. **Avaliação de Políticas Públicas Guia prático de análise ex post**. Brasília . Presidência da República 2018. Volume 2. Disponível em: <<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/centrais-de-conteudo/downloads/guiaexpost.pdf>> Acesso em agosto de 2021.

BRASIL. Casa Cível. **Avaliação de Políticas Públicas**. Publicado em 12/12/2018 13h27 Atualizado em 12/12/2018 13h53. Disponível em: <<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/governanca/avaliacao-de-politicas>>. Acesso em Dezembro de 2021.

BRASIL. **Congresso Nacional. Marco Legal da Primeira Infância. Governo Federal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/lei/113257.htm>. Acesso em agosto de 2021.

BRASIL. **Constituição (1988). Emenda constitucional n.º 59, de 11 de novembro de 2009. Fixa a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 nov. 2009. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf> Acesso em agosto de 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **“Manual de Gestão e Monitoramento do Programa Criança Feliz”**. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano Ministério da Cidadania. Insper – Instituto de Ensino e Pesquisa. São Paulo 2019. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2019/11/Relatorio_Crian%C3%A7a-Feliz_2019-.pdf>.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **A Primeira Infância**. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/crianca-feliz/a-primeira-infancia>>. Acesso em Dezembro de 2022.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Programa Criança Feliz**. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/09/programa-crianca-feliz-esta-presente-em-quase-tres-mil->>. Acesso em Dezembro de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sobre a Lei de Acesso à Informação**. Publicado em 15/09/2020 21h59. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/servico-de-informacao-ao-cidadao/sobre-a-lei-de-aceso-a-informacao#:~:text=A%20Lei%20n%C2%BA%2012.527%2C%20sancionada,Distrito%20Federal%20e%20dos%20munic%C3%ADpios>>.

BRASIL. Programa Criança Feliz. **A intersetorialidade na visita domiciliar**. Edição, 2017 - Brasília/DF.

BRITES, Carla Mario; CLEMENTE, Augusto Junior. **Implementação de Políticas Públicas: Breve revisão da literatura**. Revista NAU Social - v.10, n.18, p. 27 – 37 Maio 2019.

CARDOSO, Isabela de Matos Pinto. **MUDANÇAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: a perspectiva do ciclo de política** Revista de Políticas Públicas. Vol. 12, núm. 1, enero-junio, 2008, pp. 27-36 Universidade Federal do Maranhão São Luís, Maranhão, Brasil Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=32112727300>.

CARVALHO, Rodrigo Saballa de.; GUIZZO, Bianca Salazar. **Políticas de Educação Infantil: conquistas, embates e desafios na construção de uma Pedagogia da Infância**. Revista de Educação Pública, V. 27, N. 66, Set./Dez. 2018. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/4563>> Acesso em agosto de 2021.

COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. **Avaliação Social de Projetos: Limitações e Possibilidades**. Rio de Janeiro. Encontro Anual da Anpad. Set./Out. 2003. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad1998-ap-19.pdf>> Acesso em setembro de 2021.

FRONZA, Claudia Sombrio; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. **A avaliação e a análise de políticas públicas: uma distinção necessária**. Argumentum, Vitória (ES), v. 7, n. 2, p. 103-116, jul./dez. 2015 DOI: <http://dx.doi.org/10.18315/argumentum.v7i2.10356>. Aceito em: 12/9/2015.

GRASS, Leandro. **Abordagens e Perspectivas de Participação Social no Monitoramento de Políticas Públicas**. Artigo Participacao social Monitoramento-with-cover-page-v2.pdf (d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net)

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. **Políticas Públicas, Gestão Urbana e Desenvolvimento Local**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018.

LIMA, Maria Eduarda Guimarães. **Políticas públicas como instrumento de superação da pobreza: uma análise do Programa Criança Feliz no município de Beberibe, no estado do Ceará**. 65 f. Monografia (Graduação em Gestão de Políticas Públicas) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

LOTTA, Gabriela. **Teorias e Análises sobre Implementação de Políticas Públicas no Brasil**. Brasília: Enap, 2019. 324 p.

MAINARDES, Jefferson. **Abordagem do Ciclo de Políticas: Uma Contribuição para a Análise de Políticas Educacionais.** Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006 47 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

MESQUITA, Lediane Ferreira. **Estudo de Políticas Públicas Voltadas para Primeira Infância: O Programa Criança Feliz no Rio Grande do Sul, a partir das perspectivas de seus Agentes.** Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas. Programa de Pós-Graduação em Administração Pública. Santa Maria, RS. 2022.

MORAES, Maria Valentina de. e; LEAL, Mônia Clarissa Hennig. **Supremo Tribunal Federal e Diálogo Institucional: Há um Controle Jurisdicional de Políticas Públicas no Brasil?** Revista direitos sociais e políticas públicas (unifafibe). Disponível em: <www.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/indexissn2318-5732-vol.7,n.3,2019>.

PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa Elias de. **Burocracia e Políticas Públicas no Brasil: interseções analíticas.** Brasília: Ipea: Enap, 2018. 413 p.: il., gráfs. Color.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil); CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO - CGU. Portal da Transparência do Governo Federal, Convênios por Estado/Município: banco de dados. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/programas-de-governo/00-crianca-feliz?ano=2019>.

RIBEIRO, Elizabeth Matos. **Dimensões da Implementação Local de Políticas Públicas: Constructos fundamentados na Teoria da Administração Política.** IX Encontro de Administração Pública da ANPAD VI - EnAPG 2022. On-line - 30/MayMay 2177-2517. Disponível em: <<http://anpad.com.br/uploads/articles/119/approved/b90ba83119860d7f6a6dfaab9f2aa150.pdf>>.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** 2º Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SILVA, Hudson Wesley Silva e; DANTAS, Lys Maria Vinhaes. **Avaliação do programa Juventude Viva em Cruz das Almas-BA.** Avaliação de Políticas Públicas: concepções, modelos e casos. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Editora UFRB. Cruz das Almas- BA. 2020. Acesso em setembro de 2021.

SILVEIRA, Mayra. **Os caminhos da infância.: A história social da criança e do adolescente.** Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 19, n. 3999, 13 jun. 2014. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/crianca-feliz/crianca-feliz/perguntas-frequentes-cidadao>>.

SOUZA, Celina. **Estado da arte da pesquisa em políticas públicas.** In: HOCHMAN, G.; ARRETICHE M.; MARQUES, E. (Orgs.). Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 65-86, 2007.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Sub-Áreas*.** Trabalho elaborado para a Fundação Luís Eduardo Magalhães, em dezembro de 2002. Disponível em:

<<https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3843/material/001-%20A-%20POLITICAS%20PUBLICAS.pdf>>.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

WEIGELT, Leni Dias; MACEDO, Maria Luisa; FERREIRA, Marcos Artêmio F. **O Processo de Implementação de Políticas Públicas: A Regionalização da Saúde como Oportunidade de Aprendizado Coletivo**. II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Mestrado e Doutorado. Santa Cruz do Sul, RS – Brasil - 28 setembro a 01 de outubro. Disponível em: <<https://www.unisc.br/site/sidr/2004/planejamento/29.pdf>>.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Foi realizada uma Pesquisa Qualitativa e Descritiva com dados coletados a partir de entrevistas semiestruturadas com os responsáveis pela implementação do Programa Criança Feliz em Governador Mangabeira. Por meio da Abordagem Qualitativa, através de um estudo amplo, considerando o contexto em que ele está inserido e as características da sociedade a que pertence, compreendendo as mudanças positivas na vida dos beneficiados, levantamento da arte sobre a Implementação de Políticas Públicas (Bibliográfica), análise a documentos e relatórios do Município/ dados sobre o programa (Documental), Pesquisa de campo com entrevistas semiestruturadas com gestores e a técnica de Análise a ser utilizada será a de conteúdo, onde a categoria de análise utilizada será a fonte de dados por meio de documentos e entrevistas. Deste modo, o presente trabalho foi desenvolvido nas seguintes etapas:

- 1- Visita e apresentação de ofício à Secretaria Municipal de Assistência Social de Governador Mangabeira com a proposta para realização do estudo;
- 2- Levantamento, coleta de dados e acompanhamento de execução do Programa Criança Feliz de acordo os objetivos definidos;

Com o objetivo de avaliar a execução do Programa Criança Feliz em Governador Mangabeira-BA, foram elaboradas as seguintes questões:

1. Como ocorreu o processo de implementação do Programa Criança Feliz no município? Quem participou? Quais foram as principais influências?
2. De que maneira deveria ser implementado Programa Criança Feliz no Município? A partir de quais instrumentos, ferramentas, estratégias?
3. Quais as expectativas quanto aos resultados do Programa Criança Feliz no município? E atualmente?
4. Qual o público-alvo? Atingiu-se o público-alvo? Explique.
5. Como está se dando a implementação ao longo do tempo? (explique)
6. Quais os recursos (financeiros, pessoal, material) para implementação da política? Como são usados os recursos na implementação do programa? No que diz respeito ao orçamento, os recursos são adequados? (explique)
7. Como os fatores de contexto afetam a implementação?

8. Quais os fatores que interferiram no processo de implementação do programa Criança Feliz? Por quê? Dentre esses aspectos, o que pode ser considerado mais relevante?
9. Como variações na implementação se associam com os efeitos gerados no Programa Criança feliz no município?
10. Cite as maiores dificuldades encontradas na execução do programa;
11. O programa é executado conforme foi previsto? (explique)
12. Em relação ao público alvo, acredita que as ações sejam eficazes? (explique)
13. A expectativa quanto a melhoria na qualidade de vida dos beneficiários, foi alcançada? (explique)
14. Os benefícios gerados justificam os custos? (explique)
15. No seu ponto de vista, cite os pontos positivos da execução do programa no município.
16. Quais os efeitos esperados?
17. Qual a sua avaliação em relação a implementação do programa criança feliz no município?
18. Grau de capacitação dos Profissionais responsáveis pela execução do Programa no Município?
19. Qual o recurso que dá suporte para as visitadoras?
20. Critérios utilizados para adesão e o mecanismo de captação dos beneficiários.
21. Qual o recurso disponível para a execução do Programa Criança Feliz em Governador Mangabeira?
22. Em relação à adesão dos beneficiários ao PCF, existiu alguma meta? Se sim, foi alcançada?
23. O PCF em Governador Mangabeira está presente nos Bairros: Portão, Projeto, Cipoal, Retiro e Sede, existe público alvo alocado nestes locais?
24. Quantas equipes atuam na execução do programa?
25. Qual a capacidade de visitas diárias e mensalmente?
26. Qual o tempo de duração das visitas?
27. Quantas visitas cada gestante recebe por mês?
28. Quantas visitas cada criança recebe por mês?
29. Quais as metas das visitas?
30. Qual a quantidade de crianças visitadas durante o ano de 2022?
31. Qual a quantidade de gestantes visitadas durante o ano de 2022?

32. Até Abril de 2023, qual a quantidade de visitas?
33. Em relação às atividades destinadas as crianças, qual a quantidade?
34. Qual a frequência da realização de avaliações pós atividades e ações?